



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



HABEAS CORPUS Nº 0195481-4

175

COMARCA: Belém do São Francisco – Vara Única

IMPETRANTE: Bela. Williana Nogueira Estrela

PACIENTE: Cláudio Aprígio da Silva Neto

PROCURADOR: Drº Eleonora de Souza Luna

RELATOR: Des. Nivaldo Mulatinho Filho

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. DUPLO HOMICÍDIO TRIPLAMENTE QUALIFICADO. TENTATIVA DE HOMICÍDIO TRIPLAMENTE QUALIFICADO. FORMAÇÃO DE QUADRILHA OU BANDO. DANO QUALIFICADO. CONCURSO MATERIAL. PACIENTE DENUNCIADO COM MAIS QUINZE ACUSADOS. INÉPCIA DA DENÚNCIA. AUSÊNCIA DE DESCRIÇÃO DETALHADA DA CONDUTA DO PACIENTE. IMPOSSIBILIDADE. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. INOCORRÊNCIA.

I – Estando suficientemente relatados na Denúncia os fatos criminosos, com a respectiva tipificação penal, qualificação dos acusados e rol de testemunhas, consoante disposição do Art. 41, do CPP, viabilizando o exercício do contraditório e da ampla defesa, além de existirem indícios de autoria delitiva do ora Paciente e prova da materialidade dos crimes atribuídos a si e aos demais denunciados, descabe a alegação de inépcia da Inicial Acusatória, mormente por se tratarem de delitos cuja autoria é coletiva, não se exigindo a descrição detalhada da conduta de cada um dos envolvidos. Ademais, vigora, na fase do recebimento da Preambular Ministerial, o princípio *in dubio pro societate*.

II – O trancamento da Ação Penal, pela via estreita do *writ*, somente é possível quando o fato é penalmente atípico, inexistente qualquer elemento indiciário demonstrativo da autoria do delito ou reste evidenciada extinta a punibilidade do acusado, o que incorre nos autos.

III - Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Habeas Corpus** nº 0195481-4 no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **à unanimidade de votos, em denegar a ordem pleiteada**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 06 de Janeiro de 2010

Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



HABEAS CORPUS Nº 0195481-4

176

COMARCA: Belém do São Francisco – Vara Única

IMPETRANTE: Bela. Williana Nogueira Estrela

PACIENTE: Cláudio Aprígio da Silva Neto

PROCURADOR: Drª Eleonora de Souza Luna

RELATOR: Des. Nivaldo Mulatinho Filho

RELATÓRIO

A Bela. **Williana Nogueira Estrela** impetrou ordem de Habeas Corpus, com fundamento no Art. 5º, incisos LXVIII e LXXVIII da CF, c/c Art. 647 e ss, do CPP, em favor de **CLÁUDIO APRÍGIO DA SILVA NETO**, qualificado nos autos (fls. 02), codinome "**Cláudio de Leônidas**", denunciado como **CLÁUDIO GONÇALVES DA SILVA**, juntamente com mais 15 (quinze) acusados, apontando como autoridade coatora o Juízo da Vara Única da Comarca de Belém do São Francisco-PE, nos autos do Processo-Crime nº 406.1997.000052-7, a que responde o Paciente como incurso nas penas do Art. 121, § 2º, incisos I, III e IV, do CP (*duplo homicídio triplamente qualificado*), em relação às vítimas fatais **Ariosvaldo Cícero dos Santos** e **José Dílson Pereira da Silva**; Art. 121, § 2º, incisos I, III e IV, c/c Art. 14, inciso II, ambos do CP (*homicídio triplamente qualificado em sua forma tentada*), relativamente ao ofendido **Celso Milton dos Santos**; além do Art. 163, parágrafo único, inciso II, do CP (*dano qualificado*), do Art. 288, parágrafo único, do CP (*formação de quadrilha ou bando*). Todos c/c Art. 69, do CP (*concurso material*) e Art. 1º, inciso I, da Lei 8.072/1990 (*crimes hediondos*).

Em síntese, alega a impetrante a inépcia da Denúncia (fls. 22/26), por não estarem os fatos criminosos expostos com todas as suas circunstâncias, não se imputando, tampouco, ao Paciente qualquer conduta, ainda que de forma genérica, ferindo o disposto no Art. 41, do CPP, pelo que pleiteia a nulidade da Peça Acusatória e da respectiva Ação Penal.

A inicial veio acompanhada dos documentos de fls. 16/235.

Às fls. 254/260, a autoridade apontada coatora prestou as informações, relatando o trâmite processual.

A Procuradoria de Justiça Criminal, na pessoa da Drª Eleonora de Souza Luna, apresentou Parecer (fls. 264/268), opinando pela denegação da ordem.

É o relatório.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



177

VOTO

Trata-se de *Habeas Corpus* impetrado em favor de **CLÁUDIO APRÍGIO DA SILVA NETO**, codinome "**Cláudio de Leônidas**", qualificado nos autos (fls. 02), apontando como autoridade coatora o Juízo da Vara Única da Comarca de Belém do São Francisco-PE, sob a alegação de inépcia da Denúncia, onde se pleiteia a nulidade da Peça Acusatória e da respectiva Ação Penal nº 406.1997.000052-7.

Na Exordial Acusatória de fls. 22/26, o Paciente foi denunciado como **CLÁUDIO GONÇALVES DA SILVA**, codinome "**Cláudio de Leônidas**", juntamente com mais 15 (quinze) acusados: **CLÁUDIO JOSÉ DA SILVA**; **JOÃO BATISTA GOMES RODRIGUES**, conhecido por "**Nego João**"; **PAULO LAÉRCIO DA SILVA**, vulgo "**Joãozinho do Ibó**"; **SILVINO JOSÉ DA CRUZ**, alcunhado de "**Silvino Benvindo**"; **FRANCISCO JOSÉ DA CRUZ**, apelidado de "**Chico Benvindo**"; **JOSÉ IVAN BARROS**, codinome "**Tozão**"; **MARCELO ALVES DE ALMEIDA**, conhecido por "**Marcelo de Antônio Russo**"; **WAMBERTO DINIZ SIMÕES DE MEDEIROS**, vulgo "**Vanzinho**"; **MANOEL GONÇALVES DA SILVA SOBRINHO**, alcunhado de "**Maneco de Leônidas**"; **ANTÔNIO GONÇALVES DA SILVA**, apelidado de "**Tonho de Binega**"; **JOSÉ ROBERTO TAVARES GONÇALVES**, codinome "**Beto de Cícero Gordo**"; **ROBERTO SIMÕES DE MEDEIROS**, vulgo "**Robinho**"; **ANTÔNIO DAÍLSON GOMES DE SÁ**, conhecido por "**Dailson**"; **CLAÉSIO VIEIRA GONÇALVES**, alcunhado de "**Caeba**"; e **ALLAN DE SOUZA MEDEIROS**, apelidado de "**Allan Russo**", todos qualificados às fls. 22/24.

Em síntese, narra a Preambular Ministerial que, no dia **05/08/1997**, os denunciados, fortemente armados, vestindo jaquetas da Polícia Civil e fardamentos militares, dirigiram-se ao povoado conhecido como Ipoeira, localizado no município de Belém do São Francisco-PE, no propósito de identificar e assassinar membros integrantes das famílias **Gonçalves/Araquan** para dar sequência aos crimes de homicídio iniciados na cidade de Cabrobó, em virtude da beligerância entre as famílias dos acusados (**Gonçalves/Cláudios e Russo**) com as famílias dos **Gonçalves/Araquan**.

Relata que, quando os denunciados chegaram ao local referido, aproximadamente às 7h, iniciaram a atividade criminosa com o auxílio de cerca de 50 (cinquenta) homens, que, dividindo tarefas, cercaram todo o povoado. Os acusados conhecidos por "**Nego João**", "**Caeba**", "**Dailson**", "**Allan Russo**" e "**Chico Benvindo**" trancafiaram em suas próprias residências vários moradores da localidade, que, sob ameaças de morte, ficaram impedidos de transitar normalmente.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



178

Aduz que os denunciados, cada qual em seu posto, interceptaram um caminhão conduzido pelo motorista **José Dilson Pereira da Silva** e uma moto pilotada por **Ariosvaldo Cícero dos Santos**, sendo ambos amarrados pelos acusados, os quais, em seguida, dispararam vários tiros de arma de fogo contra essas vítimas, sem que estas pudessem se defender, numa verdadeira execução, causando-lhes as lesões fatais descritas nos Laudos Periciais Tanatoscópicos, constantes às fls. 07 e 08 dos autos da Ação Principal.

Refere que, durante a investigação policial, restou comprovado que a vítima, **Ariosvaldo Cícero dos Santos**, morreu por fazer parte das famílias **Gonçalves/Araquan**, inimiga das famílias dos algozes, enquanto a vítima, **José Dilson Pereira da Silva**, morreu injustificadamente.

Menciona que os acusados, não satisfeitos com a barbárie, puseram-se a procurar outros membros das famílias inimigas, instante em que depararam-se com o veículo Kadett, de cor vermelha, ocupado por **Celso Milton dos Santos** e por **Cícero Gomes de Sá**, os quais, percebendo a investida criminosa, abandonaram o automóvel, fugindo em direção à caatinga, momento em que **Celson Milton dos Santos** foi alvejado por disparos de espingarda calibre 12 (doze), efetuados pelos denunciados, sendo atingido na região do omoplata direito, trazendo com isso perigo de vida e lesões gravíssimas, descritas no Laudo Pericial Traumatológico acostado às fls. 10 do feito originário, tendo-se iniciado, a partir daí um grande tiroteio que expôs a perigo toda a comunidade do povoado.

Acrescenta que os denunciados, ainda, em delitos autônomos, incendiaram o veículo Kadett, de propriedade de **Cícero Gomes de Sá**; a motocicleta pertencente à vítima fatal **Ariosvaldo Cícero dos Santos**; e o automóvel Gol, roubado na cidade de Petrolina-PE, que se encontrava no local, para depois fugirem para lugar incerto e não sabido.

Ao final, os Representantes do Ministério Público entenderam terem sido perpetrados os delitos inculpidos no Art. 121, § 2º, incisos I, III e IV, do CP (*duplo homicídio triplamente qualificado*), em relação às vítimas fatais **Ariosvaldo Cícero dos Santos** e **José Dilson Pereira da Silva**; Art. 121, § 2º, incisos I, III e IV, c/c Art. 14, inciso II, ambos do CP (*homicídio triplamente qualificado em sua forma tentada*), relativamente ao ofendido **Celso Milton dos Santos**; além do Art. 163, parágrafo único, inciso II, do CP (*dano qualificado*), do Art. 288, parágrafo único, do CP (*formação de quadrilha ou bando*). Todos c/c Art. 69, do CP (*concurso material*) e Art. 1º, inciso I, da Lei 8.072/1990 (*crimes hediondos*).

No expediente de fls. 254/260, o Juízo singular informa que a Denúncia foi recebida em **29/10/1997**, sendo que em **12/11/1997**, foi decretada a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



179

prisão preventiva de todos os acusados. Menciona que vários pleitos de revogação da custódia cautelar foram aforados pelos denunciados, todos indeferidos, inclusive o do Paciente **CLÁUDIO APRÍGIO DA SILVA NETO**, codinome "**Cláudio de Leônidas**", em **28/05/1998**, tendo o mesmo, juntamente com outros dois acusados, postulado a reconsideração do *decisum* monocrático, que foi indeferido em **27/10/1998**.

Alude o Magistrado de 1º Grau que, em **13/07/1998**, 06 (seis) denunciados, entre eles o Paciente deste *writ*, impetraram, perante este Tribunal, o HC nº 44.152-7, cuja ordem foi denegada, acrescentando que o acusado ANTÔNIO DAILSON GOMES DE SÁ, conhecido por "**Dailson**", em **26/10/1998**, impetrou, nesta Corte, o HC nº 46.736-1, postulando a revogação do decreto de prisão preventiva. Em **25/11/1998**, a 1ª Câmara Criminal deste Tribunal, julgou, simultaneamente, este último *mandamus* e o HC de nº 47.079-5, impetrado por **CLÁUDIO APRÍGIO DA SILVA NETO**, codinome "**Cláudio de Leônidas**", ora Paciente, e por JOSÉ ROBERTO TAVARES GONÇALVES, apelidado de "**Beto de Cícero Gordo**", e WAMBERTO DINIZ SIMÕES DE MEDEIROS, vulgo "**Vanzinho**", sendo **concedida a ordem de soltura a todos**.

Refere o Juízo singular que, em **11/12/1998**, foi realizado o Interrogatório de vários denunciados, inclusive do ora Paciente, e apresentadas as defesas prévias.

Esclarece que, em **30/10/2002**, foi decretada novamente a custódia cautelar de ANTÔNIO DAILSON GOMES DE SÁ, conhecido por "**Dailson**", e JOSÉ ROBERTO TAVARES GONÇALVES, codinome "**Beto de Cícero Gordo**", que haviam sido soltos através dos *mandamus* anteriormente mencionados, posto que continuavam a perpetrar outros crimes. Acrescenta o Togado monocrático que este último acusado, assim como ANTÔNIO GONÇALVES DA SILVA, apelidado de "**Tonho de Binega**", obtiveram a liberdade, em **15/04/2003**, através do julgamento do HC nº 91.456-3, impetrado nesta Corte.

Aduz o Juízo singular que foram citados por edital 06 (seis) denunciados, sendo declarados revéis em **16/06/2005**, acrescentando que a Defensora nomeada, que é a impetrante do presente *writ*, inobstante intimada mediante carta precatória, em **08/07/2005**, somente veio apresentar a Defesa Prévia destes acusados em **17/06/2008**.

Relata que foi declarada extinta a punibilidade dos seguintes acusados: JOSÉ ROBERTO TAVARES GONÇALVES, codinome "**Beto de Cícero Gordo**", em **08/03/2008**, pela prescrição; e em **13/05/2009**, de ANTÔNIO GONÇALVES DA COSTA, apelidado de "**Tonho de Binega**", também pela prescrição, enquanto dos denunciados SILVINO JOSÉ DA CRUZ, alcunhado de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulalinho Filho
Terceira Câmara Criminal



180

"Silvino Benvindo"; FRANCISCO JOSÉ DA CRUZ, apelidado de "**Chico Benvindo**"; MANOEL GONÇALVES DA SILVA SOBRINHO, alcunhado de "**Maneco de Leônidas**"; ROBERTO SIMÕES DE MEDEIROS, conhecido por "**Robinho**"; e JOÃO BATISTA GOMES RODRIGUES, conhecido por "**Nego João**", estes últimos em razão de óbito, acrescentando dito Magistrado que há notícia extra-autos dando conta do falecimento dos acusados PAULO LAÉRCIO DA SILVA, vulgo "**Joãozinho do Ibó**"; CLÁESIO VIEIRA GONÇALVES, codinome "**Caeba**"; e ALLAN DE SOUZA MEDEIROS, apelidado de "**Allan Russo**", mas não há comprovação documental no feito.

Por fim, informa o Togado monocrático que foi determinada a intimação dos denunciados MARCELO ALVES DE ALMEIDA, conhecido por "**Marcelo de Antônio Russo**", e **CLÁUDIO APRÍGIO DA SILVA NETO**, codinome "**Cláudio de Leônidas**", ora Paciente, para constituírem novo Defensor, eis que o Patrono de ambos é o atual Vice-Prefeito do município, impedido, portanto, de advogar.

Da pesquisa realizada no sítio eletrônico deste Tribunal e no Judwin de 1º Grau, constatei que o ora Paciente, **CLÁUDIO APRÍGIO DA SILVA NETO**, codinome "**Cláudio de Leônidas**", respondeu ao Processo-Crime nº 434.2004.000109-8, perante o Juízo da Vara Única da Comarca de Parnamirim-PE, tendo sido absolvido, respondendo, atualmente, naquela mesma Comarca, aos feitos criminais nºs 434.2002.000099-1 e 434.2002.000103-3, não constando, todavia, a tipificação penal.

Passo à análise do argumento contida na impetração.

A alegação de inépcia da Denúncia, por ausência de exposição dos fatos criminosos com todas as circunstâncias, inclusive sem descrição pormenorizada da conduta do ora Paciente, o que afrontaria o disposto no Art. 41, do CPP, não merece acolhimento.

Ressalto, inicialmente que **CLÁUDIO APRÍGIO DA SILVA NETO**, codinome "**Cláudio de Leônidas**", ora Paciente, foi denunciado como **CLÁUDIO GONÇALVES DA SILVA**, vez que sua qualificação se deu de forma indireta, conforme se depreende do documento de fls. 88, embora tenha sido esclarecida a sua identidade, quando do seu Interrogatório Judicial (fls. 181/182). Não por acaso seu nome constou da Peça de Acusação, porquanto, durante a fase inquisitorial, teve seu nome citado em depoimentos testemunhais, senão vejamos:

"(...) QUE, todas as pessoas que ficaram como reféns conheciam plenamente os elementos infratores, pois alguns deles já residiram naquele Povoado; QUE, segundo as pessoas tomadas como reféns, participaram do tiroteio: "CAEBA", "ROBINHO", "ALLAN",



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulalinho Filho
Terceira Câmara Criminal



181

"VANZINHO", "DAÍLSON", "BETO DE CÍCERO GORDO", "CHICO BENVINDO", "SILVINO BENVINDO", "JOÃOZINHO DO IBÓ", "MARCELO DE ANTONIO RUSSO"; QUE, dentre os infratores, participaram (03) três pessoas encapuzadas que foram reconhecidas pela estatura e pela voz como sendo "NELSINHO" que reside nesta cidade, na vila da Cohab, "CLÁUDIO" ex-policial Militar que trabalha no PROLAR de Belém do São Francisco e "TOZÃO" filho de Gerônimo que mora na Sub-Estação nesta cidade; QUE, o declarante recorda que também foi dito pelos reféns, que participou também do tiroteio, "ANTONIO DE BINEGA" que mora nesta cidade; QUE, o **declarante se recorda também que foi dito pelos reféns que também participaram do tiroteio, "CLÁUDIO" e "MANEZINHO" de Leônidas**, como também "NÊGO JOÃO (...)" (sem grifos no original) (testemunha Gildenor Gomes Araquan, fls. 66/67).

Versão semelhante foi apresentada pela testemunha **Antônio Márcio Gomes de Sá**, às fls. 68.

É de se destacar que tais depoentes constam do rol ministerial de fls. 25/26.

Acerca dos fatos narrados na Preambular Acusatória, assim se manifestou a douta Procuradoria de Justiça Criminal (fls. 266):

"(...) Diante de tais fatos, envolvendo dezenas de pessoas, em um verdadeiro faroeste, impossível a descrição detalhada da conduta de todos os envolvidos, apontando qual a tarefa atribuída a cada um deles em atos de vandalismo de tal natureza.

"(...) Assim, diante da descrição dos fatos na Denúncia, não há que ser aceito o fundamento de trancamento da Ação Penal, por inépcia da Denúncia."

Note-se que, no ato de recebimento da Inicial Acusatória, vigora o princípio *in dubio pro societate*, uma vez que bastam indícios de autoria delitiva, bem como prova da materialidade do crime. No caso concreto presente, ao menos no que diz respeito ao Paciente, **CLÁUDIO APRÍGIO DA SILVA NETO**, codinome "**Cláudio de Leônidas**", seu nome constou da investigação policial, através dos depoimentos anteriormente transcritos, o que autorizava, sem dúvida, o oferecimento da Denúncia e o seu consequente recebimento, de modo a se buscar a elucidação dos fatos, na busca da verdade real, durante o Sumário.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



182

Assim, indícios, ao menos, existem de que o ora Paciente possa estar envolvido nos fatos narrados na Preambular Ministerial, assim como restou comprovada a materialidade dos delitos atribuídos a si e aos demais denunciados. Ademais, é de se destacar, conforme assinalado anteriormente, que o mesmo responde a dois outros feitos criminais perante a Comarca de Parnamirim-PE, o que demonstra sua propensão à criminalidade.

Por outro lado, estando os fatos típicos suficientemente narrados, com a respectiva capitulação penal, qualificação dos acusados e rol de testemunhas, ensejando o exercício do contraditório e da ampla defesa, não há que se falar em desrespeito à norma contida no Art. 41, do CPP, descabendo a alegação de inépcia da Denúncia e, portanto, o acolhimento do pleito de trancamento da Ação Penal respectiva, até porque este último procedimento apenas se revela viável quando o fato não configura crime, inexistindo qualquer indício da autoria delitiva ou reste evidenciada extinta a punibilidade do acusado, o que inócorre nos autos.

Aliás, conforme atentou a douta Procuradoria de Justiça Criminal, quando os fatos delituosos envolvem dezenas de pessoas, sendo, portanto, de autoria coletiva, impossível o detalhamento da conduta de cada um dos envolvidos, conforme escólios jurisprudenciais do STJ e Súmula desta Corte, ora acostados:

"STJ: "PENAL E PROCESSUAL. HABEAS CORPUS. DENUNCIAÇÃO CALUNIOSA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. ATIPICIDADE. JUSTA CAUSA. AUSÊNCIA. DILAÇÃO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. INQUÉRITO POLICIAL. ALEGADO CERCEAMENTO DE DEFESA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE.

Quando a denúncia descreve conduta que, em tese, constitui crime, incabível é a alegação de falta de justa causa, tanto mais porque, nessa fase processual, prevalece o princípio do in dubio pro societate, bastando, para o recebimento da denúncia, a mera probabilidade de procedência da ação penal.

Impedir o Estado-Administração de demonstrar a responsabilidade penal do acusado implica cercear o direito-dever do poder público em apurar a verdade sobre os fatos.

Marcado por cognição sumária e rito célere, o habeas corpus não comporta o exame de questões que, para seu deslinde, demandem aprofundado exame do conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo a efetiva ocorrência do delito, posto que tal proceder é peculiar ao processo de conhecimento.

O trancamento de ação penal, pela via estreita do writ, somente é possível quando, pela mera exposição dos fatos narrados na



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



183

denúncia, verifica-se que há imputação de fato penalmente atípico, inexistência de qualquer elemento indiciário demonstrativo da autoria do delito ou extinta a punibilidade.

É entendimento dominante neste Superior Tribunal de Justiça que eventual nulidade do inquérito policial não contamina a ação penal superveniente, vez que aquele é mera peça informativa, produzida sem o crivo do contraditório.

Recurso a que se nega provimento." (RHC 21.170/RS, Rel. MIN. CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), SEXTA TURMA, julgado em 04/09/2007, DJ 08/10/2007 p. 368)

"O trancamento da ação penal ou do inquérito policial pela via do habeas corpus, somente é viável quando, de plano, se evidencie a atipicidade da conduta ou a inexistência de indícios de autoria." (Súmula 076-TJPE).

"STJ: "RECURSO ESPECIAL. PENAL. HOMICÍDIO CULPOSO. AUTORIA COLETIVA. DESCRIÇÃO GENÉRICA DA CONDUTA. INÉPCIA DA DENÚNCIA. INOCORRÊNCIA.

Não padece de inépcia a denúncia que enseja claramente a adequação típica, descrevendo suficientemente os fatos com todos os elementos indispensáveis, de modo a permitir o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa.

Tratando-se de crimes de autoria coletiva, de difícil individualização da conduta de cada participante, admite-se a denúncia de forma mais ou menos genérica, por interpretação pretoriana do art. 41 do CPP. Precedentes.

Recurso conhecido, mas desprovido." (REsp 694.838/SP, Rel. Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 12/04/2005, DJ 16/05/2005 p. 398)

Por todo o exposto, e em consonância com o Parecer da douta Procuradoria de Justiça, **denego a ordem**.

É como voto.

Recife, 06 de Janeiro de 2010

Des. Nivaldo Mulatinho Filho
Relator